

SESSÕES DO PLENÁRIO

92ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 6 de novembro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Tom, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Talita Oliveira, Targino Machado, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Cocá e Zé Raimundo Lula. (49) O Deputado Tiago Correia encontra-se licenciado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão ordinária desta Casa Legislativa.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Adolfo Menezes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 29 e 30/10/2019.

Do Deputado Marcell Moraes comunicando que, por motivo de saúde, estará ausente das Sessões por um período de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 4/11/2019, conforme atestado médico apresentado.

Da Deputada Mirela Macedo comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente na Sessão do dia 30/10/2019, conforme atestado apresentado.

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente nas Sessões no período de 9 a 14/8/2019, conforme atestado apresentado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao plenário as atas das sessões especiais: 71^a e 72^a, realizadas, respectivamente, em 30 e 31 de outubro de 2019.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o primeiro orador inscrito do Pequeno Expediente, o deputado Alex da Piatã, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALEX DA PIATÃ: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidores desta Casa, todos que nos acompanham pela *TV Assembleia*.

Sr.^a Presidente, ontem, eu e todos nós assistimos ao governo federal levar uma proposta de reforma administrativa ao Congresso Nacional. Alguns pontos já foram divulgados e ainda não tenho um juízo de valor sobre toda a proposta de reforma administrativa, nela contendo também o pacto federativo, porque ainda não me debrucei sobre os detalhes dessa reforma. Vamos pegando na imprensa, mas já estou começando a ler para formar juízo e poder debater também nesta Casa, para darmos nossas opiniões, sugestões e debatermos com a sociedade.

Mas, a princípio, uma coisa nos chamou a atenção – quero até ler aqui –, que é à medida que fala dos municípios que podem ser extintos. “De acordo com o texto, municípios com até 5 mil moradores poderão ser incorporados a cidades vizinhas caso arrecadem menos que 10% de suas receitas totais, dependendo de transferências da União e dos Estados para arcar com suas despesas.”

Causou-me estranheza porque sabemos que há municípios que, talvez, foram criados apenas com critérios políticos, com poucos critérios técnicos adequados. Mas para extingui-los, neste momento, baseados nesses critérios de população e de viabilidade financeira, teríamos que extinguir, fazendo justiça, muitos municípios maiores, deputado Rosemberg, que têm bem menos viabilidade do que aqueles.

Dentre os municípios – conheço muitos, todos vocês conhecem muitos, o deputado Marquinhos falava há pouco de municípios vizinhos da sua região –, posso falar do município de Gavião, que fica na minha região. Gavião é um município que teve um desenvolvimento muito grande e que consegue se viabilizar tranquilamente.

Conversava há pouco com um líder de lá, Neto, que é um jovem que milita politicamente. Ele conversava comigo mostrando e dizendo do sonho dele e do sonho das pessoas. Ou seja, fazer isso hoje é mexer de duas formas: uma, em toda uma cultura, em toda uma história, em todo um sentimento que já se criou naquele município. Seria realmente, do ponto de vista cultural, do ponto de vista histórico, destruir todo um sentimento da população, dando o exemplo de Gavião.

E usar esses critérios financeiros não faz nenhum sentido. Muitas vezes, eles podem vir a ser incorporados ao município vizinho que está muito mais inviável que eles, deputada Maria del Carmen, que preside esta sessão, deputado Bobô, que está chegando agora. Aqui fala em 10% da arrecadação e fala dos que vivem de repasses dos entes da federação e do estado. São quase todos os municípios. Na grande maioria dos municípios, a arrecadação própria não corresponde a 10% da arrecadação total. Então, não existe, de forma alguma, justificativa séria e justa nesse sentido.

Acho um verdadeiro absurdo, quero me colocar contra e pedir aos nossos deputados federais, aos nossos senadores que tirem isso. Acho que criar critérios para a formação de novos municípios pode ser discutido, pode ser debatido, e isso já está acontecendo, como ocorreu em períodos anteriores, com governos anteriores. Alguns defendem que volte para a Assembleia, outros que decidam no Congresso, tudo bem. Mas os que já existem serem extintos e incorporados a cidades vizinhas é um verdadeiro absurdo, é matar a cultura, a história de um povo que já tem um sentimento patriótico com a sua cidade. E mais ainda, sob um critério...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ALEX DA PIATÃ: (...) financeiro, econômico, que não se justifica de forma alguma porque, repito, há muitos municípios maiores que estão bem inviáveis. E há municípios que eu digo – obrigado pela sua tolerância, Sr.^a Presidente – que tem orgulho de se ter como cidade, como o exemplo de Gavião. E a cidade não teria o desenvolvimento que tem se não fosse emancipada.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Robinson Almeida, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, imprensa que nos acompanha, senhores das Galerias, eu queria dizer que Bolsonaro e Guedes não desligam a máquina de destruição do Brasil.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É verdade.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Fizeram uma nefasta reforma da Previdência que não tem consequência nenhuma para a economia a não ser tirar a circulação de recursos da nossa economia formal, porque vai diminuir os salários dos novos aposentados e aumentar o tempo para se aposentar.

Agora manda um pacote draconiano para o Congresso Nacional que, entre outras agressões, propõe tirar a estabilidade do servidor público, classificando aqueles que

têm filiação partidária como militantes. Na verdade, o próprio Guedes é um militante do mercado, militante dos grandes empresários, que está ali para defender esses interesses. E, além disso, outra medida de repercussão duvidosa é a extinção dos municípios de população pequena.

O endividamento do Estado nacional e o problema de financiamento não são pelo tamanho dos municípios, mas por uma injusta concentração de renda na União, no governo federal. Isso faz com que os municípios brasileiros, todos eles, estejam submetidos a um pacto federativo desigual, que cria as dificuldades de autossustentação. Sou contra a extinção dos municípios pequenos. Conheço uma realidade muito próxima, que é o município de Dom Macedo Costa, no Recôncavo, com quase 5 mil habitantes, que tem uma população trabalhadora e um prefeito empreendedor que faz o desenvolvimento da cidade de forma permanente. Então, sou radicalmente contra essa proposta da equipe econômica do governo Bolsonaro.

Mas, Sr.^a Presidenta, também quero aproveitar para convidar a população de Santo Antônio de Jesus. Na próxima sexta-feira à tarde, vamos fazer uma audiência pública no Clube dos 1.000. Vamos discutir a situação da habitação na cidade, especialmente a situação de cerca de 60 famílias da comunidade de Nova Canaã. Comunidade que fica às margens da BA que liga Santo Antônio a Nazaré e que está ameaçada de expulsão do local em que vive devido a um pedido de reintegração de posse da empresa proprietária da terra. É uma questão social que temos que tratar.

Vou também aproveitar para conversar com todos os moradores da comunidade Moradia Digna, que fica ali próximo, na Juerana, porque nesse caos que o Brasil vive, o que menos nós queremos são pessoas sem teto, sem habitação, porque a crise econômica por si só já traz muito sofrimento para o nosso povo.

Queria também, Sr.^a Presidente, aqui, parabenizar a AMO-Feira, a Associação dos Mototaxistas e Motociclistas de Feira de Santana, que vai realizar desta quinta-feira até domingo o 10º Encontro Nacional de Motociclistas em Feira de Santana. É um encontro que atrai também amantes desse esporte, essa paixão que é andar sobre duas rodas, de vários outros países, e que movimenta, fortemente, a economia local. Os hotéis têm uma ocupação muito intensa com esse evento, que traz milhares de pessoas, e é muito importante não só para manter vivo esse *hobby*, essa paixão, mas também proporcionar lazer, entretenimento, geração de emprego e renda e fomentar a economia local.

Então, parabéns a Luís e toda a diretoria da AMO-Feira por estar viabilizando mais uma edição desse evento. Também parabenizar a Bahiatursa, o Detran, o governo do estado pelo apoio a esse importante acontecimento dessa quinta-feira até o próximo domingo em Feira de Santana.

Sr.^a Presidenta e Srs. Deputados, um aviso aqui importante...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) é que a Comissão Especial de Regulamentação do Transporte Complementar estabeleceu um prazo até o final deste mês de novembro para todos aqueles que queiram indicar a existência de linhas que hoje são operadas por profissionais que

rodam em van, em topic ou veículos assemelhados, para que a gente possa ter um cadastro de todas essas rotas existentes na Bahia...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) como base importante para fazer a regulamentação do transporte complementar. Então, até o dia 30, a Comissão Especial estará recebendo essas informações.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Jacó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidenta, colegas deputados na Casa, o pessoal da tribuna, da *TV ALBA*, da taquigrafia, pessoal da imprensa, pessoal do cafezinho.

(Lê): “É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.

Há os que têm vocação para escravo,
mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão.

Rondó da Liberdade - Carlos Marighella

Nota do Coletivo Nacional ‘PT de todas as Lutas’

Somos companheiras e companheiros militantes do Partido dos Trabalhadores – e trabalhadoras nos estados do Amapá, Bahia, Brasília, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, presentes em diversas lutas políticas e sociais. Compreendemos o PT como ferramenta fundamental de transformação da sociedade e de combate às desigualdades.

Somos jovens, negras, negros, mulheres, LGBT's, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ambientalistas, sindicalistas, sem-teto, sem-terra, estudantes, professoras e professores, intelectuais, artistas, pessoas com deficiência, idosas e idosos. Somos aquelas e aqueles que têm o socialismo como horizonte, tanto no PT, quanto na sociedade brasileira.

Somos parte, na construção política do 7º Congresso Nacional do PT, na chapa OPTEI pela Renovação e pelo Socialismo, do qual reafirmamos o compromisso com a tese apresentada e chamamos as demais forças da esquerda petista para construir a unidade durante o próximo congresso nacional.

Apresentamo-nos, provisoriamente, como coletivo nacional ‘PT de todas as lutas’, mas buscaremos, nos próximos meses, construir de baixo para cima, uma nova tendência, que tenha horizontalidade como prática cotidiana nas suas tomadas de decisões; que possa ser porta voz de lutadores do povo; que areje e inspire a política interna do partido e, ao mesmo tempo sirva para aproximá-lo de todas as lutas sociais; que contribua na construção de um pensamento crítico internamente, mas que vá além da velha disputa de ocupação de espaços nas estruturas partidárias.

Neste momento de perplexidade diante de uma conjuntura fascista e neoliberal, que atinge o nosso país, a América Latina e o mundo, unir forças sociais e plurais para reafirmarmos o socialismo se faz mais que necessário. O outubro Vermelho a que assistimos na América Latina, a recondução de Evo Morales na Bolívia, a vitória esmagadora de Alberto Fernandez e Cristina na Argentina, a ida do candidato da Frente Ampla ao segundo turno no Uruguai, e os levantes no Chile, Equador e Peru, demonstram que os povos estarão resistindo ao NEOLIBERALISMO e ao FASCISMO. Sem falar do aumento da rejeição de Trump e Bolsonaro, sinais evidentes de que o Brasil pode estar conectado nessa ampla frente em defesa da soberania nacional e regional.

Nunca antes na história do Brasil estivemos diante de uma escancarada luta de classes, em que a elite escravocrata de outrora utiliza de expedientes democráticos para atacar os direitos dos que mais precisam, sobretudo as negras e os negros. O sentimento de justiça, solidariedade e luta são comuns ao nosso vocabulário socialista, e a vocação para essa aliança está na nossa história. Dizer que o povo negro deve dispor do seu próprio destino, sem se sujeitar à dominação de nenhum outro povo, é melodia para as nossas palavras de ordem.

Por isso, a cultura socialista deve reconhecer uma outra história no mundo, contada e protagonizada por outras atrizes e atores, autores e autoras de seus destinos, que influenciaram de forma decisiva nos rumos da humanidade e viraram objetos dos estudos acadêmicos e escolares...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) sob forma preconceituosa e estereotipada. Reconhecer outros heróis e heroínas, outras pensadoras, outros filósofos, outras histórias.

Reconhecer aquilo que diz respeito ao significado da ancestralidade para que a consolidação de uma cultura autêntica de respeito, autoconhecimento e formação intelectual. Despertar para aquilo que nos une: desfrutar de respeito...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e direito igual para todas as pessoas. Condição impossível em uma sociedade capitalista. O capitalista é amoral e não entende o conceito de igualdade e liberdade.

Neste contexto, na atual conjuntura, não temos outra saída, que não seja defender que o Partido dos Trabalhadores assuma a bandeira do impeachment de Bolsonaro e ajude na organização de uma frente ampla de esquerda para a construção de uma oposição estratégica.”

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Concluindo, minha nobre colega deputada, eu quero dar como lido para os Anais desta Casa esse manifesto do PT de Todas as Lutas.

Um forte abraço e Lula livre!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, deputado Jacó. Peço às taquígrafas que transcrevam o discurso, o manifesto lido aqui pelo deputado Jacó.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr.^a Presidente, colegas deputados e deputadas, os que assistem a nós pela *TV Assembleia*, em meio a esse quadro terrível a que estamos assistindo no Brasil, com um governo que a cada momento destrói as conquistas históricas do povo brasileiro, privatizando, cortando direitos, destruindo, enfim, uma sociabilidade mais humana, nós temos que cada vez mais renovar as nossas esperanças de que poderemos construir dias melhores em nosso país.

E tomo como exemplo e inspiração desses dias melhores a minha cidade, Vitória da Conquista, que, nos anos em que o PT governou, nos anos em que a cidade foi governada pelo Partido dos Trabalhadores, experimentou um grande progresso. Por isso nós temos muito a comemorar agora, no aniversário de 179 anos de Vitória da Conquista.

Fundada em 1840, ali no Sertão da Ressaca, a cidade historicamente conheceu alguns ciclos de progresso e desenvolvimento. Em meados do século passado, entre 1940 e 1950, a cidade cresceu muito, sobretudo em função da Rio-Bahia. No final do século, presenciou, depois da implantação da cafeicultura, também um grande ciclo, com as nossas universidades, a Uesb, os grandes médicos que lá se instalaram, personalidades que construíram a cidade na área do serviço, do comércio, enfim. E, mais recentemente, nos últimos 20 anos, nos governos do PT, nós conseguimos, com o apoio do governo federal, do presidente Lula, em 2006, com a eleição de Wagner, levar para, Vitória da Conquista, obras, serviços. Implantamos uma grande estrutura urbana, grandes programas sociais, e a cidade passou a ser uma referência nacional na área da saúde, da Educação, da proteção dos direitos. E, como eu disse, um grande centro econômico e social.

Por isso estamos comemorando 179 anos e gostaria de deixar um abraço para os meus amigos, meus companheiros do Partido dos Trabalhadores, dos partidos aliados, PCdoB, PSB, PDT, mais recentemente os aliados do PP, do PSD, enfim, das lideranças que constroem aquela cidade. Deixar um abraço para a família do nosso deputado federal Waldenor Pereira, do vereador Fernando Vasconcelos, Fernando Jacaré, Viviane, Cori, Valdemir, todas as lideranças rurais, todas as lideranças religiosas, evangélicos, católicos, que tiveram também um papel importante na construção daquela cidade ao longo de quase dois séculos.

E deveremos estar, a partir de agora, debatendo, discutindo o futuro de Vitória da Conquista para que, no próximo ano, possamos escolher um projeto que retome a dignidade da cidade, que retome a diálogo com os movimentos sociais, que retome a capacidade de realização de obras e serviços. Destaquemos que hoje, mesmo sendo oposição, a cidade continua recebendo os investimentos do estado, com ações do governo estadual.

Estão lá o novo aeroporto, o Aeroporto Glauber Rocha; a nova barragem do Rio Catolé; o novo Hospital Afrânio Peixoto, que estamos construindo e vamos inaugurar

provavelmente em fevereiro, com 65 leitos para a área de politraumas; também o Hospital de Base, com novas UTIs, novas enfermarias.

Eu e Waldenor temos ajudado muito o governador Rui Costa com emendas, com recursos para que a nossa cidade continue se desenvolvendo. É claro que o papel fundamental é dos agentes sociais...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e dos empreendedores. Mas foi fundamental o projeto político do Partido dos Trabalhadores, desde a primeira gestão de Guilherme, em 1997, até recentemente. Eu tive a honra de também ter sido prefeito daquela cidade por 7 anos. E durante todo este período como deputado estadual, já no terceiro mandato, e Waldenor também no terceiro mandato de deputado federal, temos ajudado muito Vitória da Conquista e o Sudoeste da Bahia.

Não vai ser diferente nos próximos anos...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) já que os nossos mandatos, eu diria, estão integrados à história daquela cidade. Por isso, sinto muito orgulho de, como cidadão, ex-professor universitário, ex-prefeito e deputado estadual, estar ajudando a minha cidade.

Parabéns, Vitória da Conquista! Parabéns, Sudoeste da Bahia!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Marquinho Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr.^a Presidente, nobres colegas deputados, venho a esta tribuna parabenizar o nosso amigo Júnior Muniz por ter feito hoje a sessão dos 50 anos do jornal *Tribuna da Bahia*. Também parabenizei esse importante jornal do nosso estado. Então, parabéns a todos que fazem aquele jornal ser um dos melhores da Bahia.

Mas, nobre presidente, também venho hoje a esta tribuna para falar sobre essa nova PEC que o presidente colocou para tramitar, a partir de ontem, no Congresso Nacional, com a qual quer extinguir os municípios com menos de 5 mil habitantes.

Aqui na Bahia, são dez municípios nessa situação, e sou votado em dois deles. Um é vizinho da minha querida Barra da Estiva, que é Contendas do Sincorá, onde obtive 1,4 mil votos. O outro é Maetinga, que é o menor, com 3.161 habitantes, onde eu tive 960 votos.

No meu entendimento, os deputados e senadores não devem retroagir para prejudicar. Se for para não se criar novos municípios com menos de 10 mil habitantes, tudo bem. Mas nos municípios que foram criados há 50, 58 anos, a sua população já tem uma estrutura montada. Alguns com pequenos hospitais, com pronto atendimentos, com escolas, enfim, com tudo funcionando direitinho. Então eu acho difícil que essa PEC consiga ser aprovada no Congresso, pois os deputados federais não vão fazer uma maldade dessas com o povo que vive nesses municípios que têm vida própria.

Se isso fosse para valer a partir de agora, tudo bem. Nós também seríamos contra a criação de novos municípios que não consigam se manter sozinhos. Mas para municípios que já têm sua história, como é o caso de Contendas de Sincorá e Maetinga, os quais represento nesta Casa, acho um absurdo. Já liguei para os dois prefeitos dessas cidades e também para o ex-prefeito Enídio, de Maetinga, para que pressionem seus deputados federais a votarem contra.

Se o deputado votar para retroagir, para prejudicar o município, aí ele está desmerecendo os votos que aquele povo lhe deu.

Nobre presidente, os municípios dessa relação são os seguintes: Maetinga, Catolândia, Lafaiete Coutinho, do meu amigo Zé Cocá, Lajedinho, Lajedão, Ibiquera, Dom Macedo Costa, Contendas do Sincorá, Aiquara e Gavião. Então, essa PEC que o Congresso vai apreciar é inoportuna.

Já o projeto do pacto federal, que aumenta os recursos dos municípios e dos estados, se eu estivesse no Congresso, votaria a favor. Porque os municípios passam 4 anos mendigando emendas nos gabinetes dos deputados federais, nos gabinetes dos senadores, para conseguir R\$ 500 mil, R\$ 600 mil de uma pavimentação. Mesmo assim, ainda leva 1 ano, 1 ano e meio para ser aprovado na Caixa Econômica e no ministério.

Então, se o Congresso aprovar realmente o aumento do repasse para os estados e municípios, vai deixar os municípios em melhor situação, já que o seu povo vai ter uma condição melhor de vida. E assim os prefeitos não vão precisar ir a Brasília...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) todo mês ou de 2 em 2 meses, para mendigar nos gabinetes de deputados federais, com a cuia na mão, recursos para os municípios.

Portanto, apoio essa proposta de pacto federativo, pois ela aumenta os recursos dos municípios e dos estados. Se eu estivesse no Congresso, votaria a favor e trabalharia para que os recursos dos municípios e dos estados melhorassem. Não é à toa que vários estados...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) estão quase quebrados. Assim como vários municípios, em todo o Brasil; e não é diferente aqui na Bahia.

Obrigado, nobre presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Olívia Santana, candidata a prefeita de Salvador, quem teve a oportunidade de assistir, ontem, aos noticiários, principalmente ao da *Bandeirantes* das 7h da noite, ouviu o âncora daquela televisão comparar os vereadores a animais. É claro que todos assistiram e ouviram a notícia dos 11 vereadores de uma pequena cidade da Paraíba

que cometerem o absurdo de inventar que iam fazer cursos logo na cidade de Gramado, onde acontece o Natal Luz.

Que fique bem claro: se dependesse de mim, a pena, deputado Hilton, para esses vereadores seria a perda do mandato e cadeia para todos eles, para servir de exemplo a todos os outros vereadores do Brasil. Essa é a minha posição, porque só assim os outros iriam temer e deixar de fazer essas barbaridades.

Mas nós não podemos aceitar que esse âncora, por causa desse caso, queira comparar todos os vereadores a animais. Ora, são justamente os vereadores aqueles que mais sofrem. Quem conhece política, como todos nós aqui conhecemos, sabe que são os vereadores de todas as cidades do Brasil, principalmente no nosso Nordeste, que pegam o peso principal da política. São eles, professor Zé Raimundo, que estão lá recebendo a batida nas portas de suas casas, na madrugada, para fazer o trabalho do Estado, da Prefeitura. Enfim, para fazer o trabalho que não é deles: cuidam de enterro, de velório, de campeonato de futebol, da marcação de exames.

Se pegarem uma amostragem – se não quiserem pegar os milhares de vereadores do Brasil –, verão qual é a situação que a maioria deles tinha antes e depois de ser vereador. Todos sabem, tanto os deputados quanto aqueles que me ouvem neste momento, que poucos sobraram com algum recurso, deputados Hilton e professor Raimundo. Todos se acabaram financeiramente. Então é um trabalho excepcional.

Na maioria das cidades do interior, principalmente aqui no Nordeste, é um negócio de louco você ser vereador. Digo sempre isso. A lei é bonitinha, presidente, a Constituição diz que o trabalho vereador é propor projetos e fiscalizar o Executivo, mas, na prática, não é isso o que ocorre.

O vereador faz aquele trabalho clientelista – esse é o termo, infelizmente. Se não fizer, está fora da política. Mesmo sem poder, dá remédio, paga exame, ajuda no caixão, numa festa. Essa é a realidade. Só não admite essa realidade quem não conhece o interior da Bahia. Nem vou falar daqui de Salvador, que é mais ou menos a mesma coisa, só um pouco mais civilizada. O vereador leva asfalto para a rua, faz campeonato, bota água, faz escadaria, arranja exame numa clínica, providencia operação. Mas nada disso é o trabalho do vereador.

Então eu queria dizer, nestes segundos que tenho, que sou contra esse tipo de tratamento que, às vezes, a imprensa dá a esses que mais sofrem na política, que são os vereadores. Não quer dizer, com isso, que aqueles que fazem...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) o vereador ou qualquer outro cargo que ocupe, que cometam alguma estupidez, como esses 11 vereadores de uma cidade pequena da Paraíba cometeram, não devam pagar a conta, e caro, para que sirvam de exemplo. Agora, os vereadores, homens e mulheres, na maioria, que dedicam a sua vida familiar, financeira, sejam tratados como animais, como foram comparados ontem pelo ...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) âncora da *TV Bandeirantes* no jornal...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES: (...) de ontem à noite, que acredito que milhares de pessoas, milhões no Brasil, tiveram a oportunidade de testemunhar.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos.

Anuncio a presença, no nosso plenário, do deputado Francisco, do estado do Piauí, que está aqui nos visitando. Peço a alguém da Mesa para fazer as honras, aqui, junto ao deputado.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidente, colegas deputados e deputadas, saudar a todos e todas desta Casa e já entrar no tema. O primeiro assunto que me trouxe a esta tribuna é para fazer uma saudação à cidade de Terra Nova que vai iniciar, no dia de hoje, inaugurar, no dia de hoje, a Festa Literária de Terra Nova. Quero mandar aqui um abraço à prefeita Neide, a toda a população de Terra Nova. Infelizmente, não poderei estar porque vou acompanhar minha mãe na saída do hospital, mas quero aqui abraçar a todos e a todas. Nosso mandato contribuiu com a realização desta feira de literatura, do livro, da leitura. Uma ação cultural muito importante para a cidade. Portanto, fica aqui o nosso registro e o nosso abraço.

Quero também, Sr.^a Presidente, informar a minha participação na Cúpula Mundial que será realizado em Nairóbi, no Quênia. Este é um convite que me foi feito pelo Fundo de Populações das Nações Unidas. Reconhecendo a importância da nossa contribuição lá na Costa Rica, as Nações Unidas me fizeram o convite para essa viagem para Nairóbi, que é uma ação, a Conferência Mundial celebra os 25 anos da Conferência de Populações que aconteceu no Cairo e que dali tirou uma plataforma de ação que foi apresentada a 179 países. Daquela cúpula, participaram 179 governos, 179 nações e hoje há essa nova convocação de uma cúpula mundial para discutir a aceleração de políticas públicas que possam elevar as condições de vida dos povos, e eu me sinto muito honrada por esse convite.

Quero deixar também destacado que todas as despesas correrão sob a responsabilidade da ONU. Portanto, não estarei viajando custeada pela Assembleia, está certo? É muito importante também deixar isso claro, porque é um gesto que considero muito importante, que nós estamos indo para contribuir com a deliberação de uma plataforma que seja a mais avançada possível. E caberá a nossa participação, estou indo na condição de presidenta da Comissão da Mulher desta Casa, desta Assembleia Legislativa, para contribuir com o debate que lá se estabelecerá.

Quero aqui também destacar à presidenta que, neste mês da consciência negra, o Novembro Negro, que foi aberto com um evento muito bonito, muito importante, e eu quero aqui saudar, parabenizar a secretária Fábia, o governo do estado da Bahia pelo evento que abriu o mês da consciência negra. E dizer que, além da celebração memorial, da celebração cultural, nós temos uma sede, uma necessidade muito grande de políticas, de ações concretas que vão na direção das principais necessidades da população negra brasileira e baiana.

Sei que o governo aqui tem feito, tem trabalhado diuturnamente no sentido de garantir políticas para este segmento, para as mulheres, mas nós sabemos que há um retrocesso muito grande no Brasil, muito grande nesse país. Se você considerar que houve um avanço, no ano de 2018, os banqueiros fecharam com um balanço astronômico, astronômico! É um absurdo que um punhado de bancos tenham tido um lucro líquido de 98,5 bilhões. Foi a maior margem de lucro, deputado Adolfo, da história desse país, beneficiando um punhado de banqueiros, enquanto o Brasil sofre, segue com mais de 25 milhões de brasileiros ou desempregados ou no subemprego. E saibam que 63,7% desse contingente de desempregados são pessoas negras, que se autodeclararam negros...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e pardos, portanto, uma população não branca que sofre com a miséria e com a pobreza.

Portanto, é preciso mudar, alterar essa ordem econômica injusta no mundo e em nosso país...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) para garantir emprego e renda decentes, para que todas as pessoas possam viver do fruto do seu trabalho digno.

É isso e salve a consciência negra. Aproveito para saudar esses estudantes jovens e adolescentes que estão aqui.

Parabéns a vocês.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Permitam-me, deputados, informarmos a visita dos estudantes da Escola Municipal Graciliano Ramos, do bairro de Vista Alegre de Coutos. Obrigada aos alunos, parabéns aí para vocês pela visita. (Palmas)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, ontem, ao encerrar a sessão, nós havíamos combinado que hoje apreciaríamos quatro projetos de iniciativa dos deputados logo após o Pequeno Expediente e deixaríamos o Grande Expediente para depois. Nós iríamos imediatamente para a Ordem do Dia, abrindo mão do Líder do Governo, do Líder da Oposição e dos tempos partidários.

Sr.^a Presidenta, então eu queria deixar isso combinado para que pudéssemos ir, imediatamente, para a Ordem do Dia, abrindo mão do Líder do Governo, do Líder da Oposição e dos tempos partidários.

Sr.^a Presidenta, então eu queria deixar isso combinado para que a gente já pudesse, obviamente, ir para a Ordem do Dia e, imediatamente, para apresentarmos aqui os projetos dos deputados. Havia por parte nossa o interesse de votar hoje os vetos

que estão na Ordem do Dia, mas vamos votar todos na próxima terça-feira, já informando que...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) nós faremos uma comissão conjunta na próxima terça-feira, às 10h, para analisarmos as contas do governador Rui Costa, pois os pareceres estão sendo disponibilizados para os Srs. Deputados.

Eu queria aproveitar para deixar informado, como Líder da Maioria, que apresentarei ao deputado presidente desta Casa, Nelson Leal, o nome do deputado Zé Raimundo para relatar o Orçamento que tramita na Casa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Tem um pedido aqui... deputado Alan Sanches, antes de V. Ex.^a falar, consultei aqui o deputado Rosemberg... o deputado Hilton Coelho, nos pediu para que os 2 minutos que ele tem direito, que fossem antes de...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, eu lamento contrariar interesses, mas dispenso a formalidade, seguindo a trilha do que disse aqui o deputado Rosemberg Pinto. Eu não posso aceitar que depois da dispensa de formalidade, que se abra um precedente para um partido, para uma representação. Até porque, se assim proceder, nós teríamos que seguir o rito normal até chegar ao deputado. Eu espero que V. Ex.^a abra o tempo para ele falar os 2 minutos numa questão de ordem, numa comunicação inadiável. Agora, no tempo regimental é impossível, porque, inclusive, nós já cancelamos o Grande Expediente e já abrimos mão de todos os tempos para passar direto para Ordem do Dia. Então, não tem como abrir esse precedente.

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): O.K. deputado Targino, eu apenas estava consultando os dois líderes e pedindo a V. Ex.^{as} que analisassem a possibilidade do pedido do deputado Hilton, ok?

Mas, comunicação inadiável...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Alan Sanches que fez o pedido primeiro, depois a comunicação inadiável do deputado Hilton Coelho.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidente, regimentalmente, com todo respeito ao deputado Alan, mas uma comunicação inadiável, não havendo orador na tribuna, como não havia, o deputado tinha pedido, precede a questão de ordem, regimentalmente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É verdade! Então deputado Alan Sanches, agora a comunicação inadiável do deputado Hilton Coelho, e, posteriormente, V. Ex.^a.

O Sr. Alan Sanches: Se vamos querer ser regimentalistas, a minha questão de ordem precedeu, inclusive, a do Líder Targino...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Foi antes do Líder Targino. É verdade.

O Sr. Alan Sanches: (...) inclusive, antes, agora, da questão de ordem do deputado Rosemberg.

Se a gente quiser ser regimentalista, ao pé da letra, eu teria que ter falado na frente, inclusive, dos dois, porque foi uma questão de ordem e não da Liderança do Governo, não da liderança ou essa coisa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É verdade.

O Sr. Alan Sanches: Mas para mim... Eu queria só deixar isso, aqui, registrado. Mas não há problema nenhum que o colega fale na minha frente. Sem problema nenhum.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Muito obrigada, deputado Alan Sanches.

Com a palavra o deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr.^a Presidenta, pedimos a palavra para fazer uma comunicação inadiável, porque, amanhã, vai acontecer um encontro...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Peço zerar o painel e contar o tempo de 5 minutos para o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Ao nosso ver, vai acontecer um encontro muito importante para todos nós. Será um encontro entre o Executivo e a categoria das educadoras e dos educadores das universidades estaduais. Todos nós acompanhamos aqui. Esta Casa participou...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Por favor, peço zerar o tempo de 5 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Como eu estava dizendo, todos nós participamos. Esta Casa participou, ativamente, dos processos de mediação de uma crise em relação ao destino das universidades estaduais. Esse fato, inclusive, ocupou um espaço nacional. O enfrentamento com o governo do estado aconteceu no momento em que a agressividade do governo do presidente Jair Bolsonaro já mostrava as suas garras com muita força.

Portanto, quanto ao tema da universidade pública, ele estava pautado nacionalmente. Nós tivemos um movimento fabuloso. Depois de muito tempo, inclusive, conseguiu-se garantir, nesta Casa, uma audiência pública para fazer um debate aprofundado sobre a situação da universidade. Diversos foram os temas pautados já que o conjunto das reivindicações da categoria era um conjunto que ia da questão da sobrevivência da universidade, passava pela questão da pesquisa até a dignidade. Há a situação dos estudantes também, pois eles entraram na greve e participaram, ativamente, da greve e da dignidade dos profissionais da área de educação das nossas universidades.

De lá para cá, ocorreram algumas mesas de negociação. Mas, efetivamente, em relação à pauta que havia sido sinalizada já na finalização da greve e, mais ainda, da promessa do debate de um conjunto de questões, infelizmente, até agora, pouco se avançou do ponto de vista da efetividade.

Dois temas são muito caros. Eles são o tema da dedicação exclusiva e o tema das promoções, principalmente, mais de 900 promoções. Ao final do processo de mobilização e com um acordo para a finalização da greve, foram estabelecidas, como ponto pacífico, medidas a serem encaminhadas e efetivadas pelo governo.

Quero registrar que, me parece, em 2015, segundo as lideranças, as educadoras e os educadores, em 2015, se passou por um processo similar em que a pauta das promoções esteve, também, colocada. E o governo, rapidamente, resolveu mostrar que, burocraticamente, não existem entraves para esta situação estar resolvida. Não me parece que, de 2015 para cá, o quadro, inclusive, de pessoal tenha se alterado tão radicalmente nas universidades dada à escassez de concursos públicos.

Então, hoje, nós não temos como avaliar e como entender de boa-fé o argumento de que existiria um problema burocrático, um problema administrativo para resolver esta situação, pois, até agora, não teve resolução.

Então, amanhã, nós vamos ter a mesa de negociação.

Quero dizer que a expectativa da categoria, aliás, da comunidade, porque foi um envolvimento muito grande da totalidade da comunidade, deputado Zé Raimundo, deputada Olívia, só para citar alguns que possuem o envolvimento direto com a pauta da educação, a expectativa foi enorme em função do envolvimento, já dito aqui, não apenas dos professores como dos estudantes. As reitorias se envolveram no processo de negociação.

Ou seja, foi todo um processo construído ainda que consideremos a pauta, parcial ou minoritariamente, respondida pelo governo, do ponto de vista do seu compromisso. Não é? Digo isso porque o mínimo de compromisso assumido pelo governo precisa ser, de fato, respeitado em função de toda esta expectativa por parte da comunidade.

Então, amanhã à tarde, este encontro vai estar sendo realizado.

Eu quero dizer que as universidades estaduais, especialmente a Uneb, uma universidade multicampi, se espalham por todo o estado da Bahia.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

E todo o encontro vai estar sintonizado na expectativa de que o governo cumpra com a sua palavra e com o que foi ponto pacífico no acordo de greve, não é? Nesse sentido, esperamos que nós saíamos amanhã com a resolução e com a efetivação, nos próximos dias, das promoções e da resolução do problema das dedicações exclusivas.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente!

Muito obrigado, honrado deputado!

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Chegou o meu momento agora, não é?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com certeza, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Sem ressalvas, não é, deputado Rosemberg?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com certeza.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado.

Sr.^a Presidente, colegas deputados, demais presentes que acompanham esta sessão, primeiro, queria fazer um chamamento para todos os 63 deputados, e me incluo nisso, para a gente poder fazer uma força-tarefa de trabalho. A gente vinha muito bem no primeiro semestre e no início do segundo semestre. De repente, a Casa deu uma paralisada.

Eu estou sentindo falta dos debates aqui sempre muito respeitosos nesta Casa. Cada um vem para debater as suas ideias. Nós temos, aqui, a minha querida Olívia que quero ver, nesta tribuna, defendendo nossa capital, nossa Salvador.

Quero defender o lado do projeto que a gente quer dar continuidade, com Bruno, com Neto, com Leo, com Leo Prates, com todos esses do nosso grupo, para a gente poder debater e crescer, cada vez mais, a nossa capital Salvador.

Ainda falta a definição se será Alice, se é Olívia.

(Há manifestação fora do microfone.)

Não? Não tem mais? Porque depois disseram...

(Há manifestação fora do microfone.)

Mas não sei. Alice não estava presente. Mas é porque eu fiquei, assim, questionando, deputado Rosemberg, porque a deputada Alice Portugal não estava presente, como seria que iria financiar, realmente, financiar politicamente essa campanha. Ela não estava presente. Tantos deputados presentes, lá, naquele momento. Eu senti falta da deputada Alice cancelando.

(Há manifestação fora do microfone.)

Não. Claro, não precisaria cancelar, mas, cancelando...

(Há manifestação fora do microfone.)

A deputada Olívia, candidata, aliás, pré-candidata ao cargo de prefeita, já quer, até, dizer como eu vou fazer a minha questão de ordem. Isso não pode, não pode.

(Há manifestação fora do microfone.)

Mas eu não terminei, deputada. Eu tenho 5 minutos para formular o meu questionamento...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Estou aguardando.

O Sr. Alan Sanches:(...) a minha questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Estamos aguardando.

O Sr. Alan Sanches: Sendo assim, vai ser muito bom.

Mas, brincadeiras à parte, deputada Olívia, sadias, eu queria chamar a atenção da Casa e fazer este chamamento para a gente retomar, na próxima semana ou na outra, os debates e as discussões. Peço ao Líder Targino e ao Líder Rosemberg para a gente voltar a votar projetos de iniciativa dos deputados. A gente vinha bem. A gente vinha avaliando.

Se a gente tiver que votar contra ou favor, tudo bem. Mas há muitos projetos interessantes; talvez, uns nem tanto. Isso depende do julgamento do mérito de cada

deputado ou deputada. Mas eu acho que nós temos projetos interessantes para a sociedade baiana que precisam ser apreciados.

Eu acho que esta Casa pode fazer esta força-tarefa neste mês de novembro e no próximo mês de dezembro para a gente finalizar, não só a aprovação do Orçamento da Casa, mas também com debates.

Eu tenho projetos interessantes que vou contar tanto com o Líder Targino e com o Líder Rosemberg quanto com os colegas, também, para a gente poder apreciar, debater, discutir, até, emendar os projetos de nossa autoria, para a gente poder, de alguma forma, ajudar a sociedade baiana, que é uma das nossas funções, como parlamentar, ajudar a construir uma sociedade melhor.

Vendo isso, ainda nos meus 5 minutos, eu queria dizer o seguinte. Ontem, eu fiz um pronunciamento sobre o Planserv. Depois dos questionamentos que tivemos aqui, eles foram noticiados pela imprensa. Eu fiz um pronunciamento que inclusive os médicos...

(A Sr.^a Olívia Santana manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. Alan Sanches: Tenho meus 5 minutos, deputada. Fique tranquila. A senhora é uma amiga querida de longa data.

Eu diria o seguinte. O Planserv, agora, entra, mais uma vez, em questionamento pela sociedade do estado da Bahia.

Quando a gente fala que 60 médicos já assinaram a suspensão das suas atividades, suas consultas eletivas no Hospital Santa Izabel, isso vai puxar um novelo de lã e vai piorar a situação do servidor que precisa utilizar o seu Planserv para cuidar da sua saúde. Aí, o próprio Planserv dá uma nota dizendo que está em pleno funcionamento.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Eu acho que está na hora de o governo do Estado se desarmar, porque não pode estar normal quando a gente tem uma categoria médica, um sindicato dos médicos dizendo o seguinte: “Olha, nós não vamos mais atender nem consulta eletiva, lá, no Hospital Santa Izabel. Outros hospitais vão seguir essa mesma linha. As cirurgias eletivas já não estão sendo marcadas, apenas cirurgias emergenciais.”

Então, por que o governo do Estado não se senta e não assume o seguinte? Ele pode dizer: “Vamos ver o justo e o que a gente pode fazer.”

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Tenho ainda 8 segundos para estar no tempo, sem nem precisar da tolerância.

Mas eu queria dizer o seguinte. Acho que se pode desarmar para a gente se sentar, a fim de resolver a situação da população.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Para finalizar a minha questão de ordem, eu não consegui perceber, com o pronunciamento do deputado Rosemberg, quais seriam os projetos apresentados.

O acordo feito, inclusive com o meu Líder Targino, foi que, pelo menos, o autor estivesse presente para a gente mostrar haver a intenção de votar aquele projeto, não desmerecendo absolutamente nenhum projeto de deputado...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Era isso que eu gostaria de deixar claro na minha questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Essa é a questão de ordem de V. Ex.^ª?

O Sr. Alan Sanches: Isso, que a senhora definisse quais projetos serão votados.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu quero a informação. Aliás, todos nós queremos a informação: quais são os projetos a serem votados?

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, solicito a palavra para uma comunicação inadiável.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há um pedido para uma comunicação do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Antes de fazê-la, primeiro, quero dizer que eu não ataco opinião. Quanto à questão de ordem do deputado Alan Sanches, na verdade, ele não trouxe nenhuma questão de ordem. Mas é uma prerrogativa dos deputados, eles usam aqui dando num *bye passe* no Regimento da Casa, mas tem sido tolerável ao longo dos anos.

Mas quero dizer ao deputado Alan Sanches que não depende, pelo menos, desse Líder deputado Targino Machado, a questão de votar ou não votar, porque eu sou CDF, eu sou o primeiro a chegar e o último a sair, deste plenário. Salvo dia ou outro. Então, eu vou estar aqui sempre presente agora dependendo, para que haja a votação, que exista quórum aqui. Mas o deputado Rosenberg que faça a defesa dele, porque ele não me nomeou como o seu advogado.

Mas, Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, para comunicação inadiável eu quero dizer que dei entrada numa indicação ao Ex.^{mo} Sr. Governador, no dia de hoje, onde (Lê): *“Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador, Rui Costa, adotar medidas para a extensão da rede de abastecimento de água para as localidades de Mamão e Jacaré, no município de Ipecaetá, beneficiando mais de 100 famílias.*

As localidades de Mamão e Jacaré, pertencentes ao município de Ipecaetá vêm sofrendo com a falta de abastecimento de água. e por este motivo, a população das citadas localidades aguardam por soluções o mais breve possível. Vale ressaltar que essas localidades ficam aproximadamente 2.000 metros da rede de abastecimento de água.

O fornecimento de água é um bem e direito de todos e a população dessas comunidades aguardam soluções urgentes do Governo do Estado.”

Eu tenho sido pressionado, no bom sentido, pelo vereador, Dr. Júnior, no sentido, de fazer essa indicação e outras. Vou deixar para fazer a outra na próxima semana e farei a comunicação daqui.

Sr.^a Presidente, nós vamos votar aqui hoje, se os deputados autores estiverem presentes, quatro proposições de deputados do governo e uma da base de oposição deixando consignado nos Anais desta Casa que os deputados do governo ficam devendo à bancada de oposição a aprovação de um projeto sem correlação nenhuma com aprovação de deputados da base governista.

Chamo a atenção do deputado Rosemberg para isso. Nós ficamos com crédito de uma proposição para a bancada de oposição, porque o acordado não é caro nem barato. E o acordado foi: duas proposições da Bancada do Governo e uma da Oposição.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto, Líder da Maioria.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Só confirmando aqui, é real o que o deputado Targino... mas não cabe obviamente ao deputado Targino nem a mim. Certo? E é verdade, ou seja, os deputados têm que se fazerem presentes no sentido de ver seus projetos aprovados aqui na Casa.

Nós ficamos... está combinado isso, nós fizemos um acordo aqui de, a cada... com dispensa de formalidade de dois projetos da base do governo e um projeto da Oposição, dois para um, foi o combinado, já que nós vamos... três... fica dependendo um, porém, o nosso entendimento é que os projetos de conteúdo, esses projetos terão que, necessariamente, passar pela Comissão de Constituição e Justiça.

Os projetos que são titularidades, projetos de data, projetos de título, esses projetos, obviamente, eles poderão passar aqui sem necessariamente ter a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que são honrarias, uma vez que são determinação de datas comemorativas.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, para combater parte da questão de ordem do Líder, deputado Rosemberg Pinto, eu quero dizer que não é isso que o regimento fala. O regimento diz o seguinte: a Comissão de Constituição e Justiça, que é a Comissão mãe desta Casa, a que define a legalidade ou não, do ponto de vista da constitucionalidade ou não dos projetos, ela tem prazo para deliberar. E se a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo regimental para deliberar ela não o faz, a requerimento de qualquer deputado sem precisar da aprovação de ninguém, inclusive do presidente da Casa, o projeto é remetido para a Ordem do Dia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Precisaria do presidente da Casa para colocar na Ordem do Dia.

O Sr. Targino Machado: Para a Ordem do Dia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não. O requerimento, quem coloca na Ordem do dia é o presidente.

O Sr. Targino Machado: Agora, na Ordem do Dia, só vai sobrestar a pauta se ele tiver sido votado em todas as Comissões.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Em todas as Comissões. Exatamente.

O Sr. Targino Machado: É isso que o regimento prescreve.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k.

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ordem do Dia. Primeiro projeto a ser apreciado. Existe um requerimento...

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pois não, caro deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Caro Líder Rosemberg, Sr.^a Presidente, chegou às minhas mãos um requerimento de dispensa de formalidade para um projeto do deputado Osni, que é um projeto absolutamente contemporâneo e importante para o momento de sofrimento, que está passando não só a Bahia, mas todo o Nordeste e já nas cercanias do Sudeste, que é o derramamento infame desse óleo.

Eu vou assinar, deputado Osni, deputado Rosemberg, a dispensa de formalidade, mas no caso específico, a bancada de oposição vai ficar com dois créditos com a Bancada do Governo. Dois créditos. Não dá para dividir o projeto ao meio, não dá para dividir o projeto! Então, nós vamos ficar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós vamos ficar na proporcionalidade, não tem problema algum. Aí a gente coloca mais um cá, sem problema.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Está bom, deputado Rosemberg. Na proporcionalidade, então.

Existe um pedido de dispensa de formalidade para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.625/2019, de autoria do deputado Zé Cocá, que altera o nome do Colégio da Polícia Militar Professor Magalhães Neto, no município de Jequié, assinado pelos deputados Rosemberg Pinto, Líder da Maioria, e pelo deputado Targino Machado, Líder da Minoria.

Faltam-lhe os pareceres das Comissões.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Designo o deputado Vitor Bonfim para dar o parecer ao projeto no âmbito das Comissões.

O Sr. VITOR BONFIM: Parecer no âmbito das Comissões ao Projeto de 23.625/2019, de autoria do deputado Zé Cocá. O presente projeto renomeia o Colégio da Polícia Militar Professor Magalhães Neto, situado no município de Jequié, que passa a denominar-se Colégio da Polícia Militar Professor Poeta Luís Neves Cotrim.

O presente projeto é constitucional e legal, Sr.^a Presidente. É o parecer pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação o parecer do relator. Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado no âmbito das Comissões.

Em plenário.

Projeto de Lei nº 23.625/2019, de autoria do deputado Zé Cocá, que altera o nome do Colégio da Polícia Militar Professor Magalhães Neto para Colégio da Polícia Militar Professor Poeta Luís Neves Cotrim, no município de Jequié.

Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 23.625/2019

Altera o nome do Colégio da Polícia Militar Professor Magalhães Neto para Colégio da Polícia Militar Professor Poeta Luís Neves Cotrim, no município de Jequié.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – O Colégio da Polícia Militar Professor Magalhães Neto, situado no município de Jequié, passa a denominar-se Colégio da Polícia Militar Professor Poeta Luís Neves Cotrim.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2019

Deputado Zé Cocá

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): O próximo projeto: Requerimento dos Líderes da Bloco da Maioria e da Minoria Parlamentar. (Lê) *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.062/2019, de autoria do Deputado Targino Machado, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em todas as salas de teatro no Estado da Bahia, e dá outras providências.”*

Assinado pelos dois deputados.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Para relatar a matéria, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr.^a Presidenta, o Projeto de Lei nº 23.062/2019, de autoria do deputado Targino, dispõe sobre a obrigatoriedade de intérprete de Língua Brasileira de Sinais, Libras, em todas as salas de teatro no estado da Bahia, e dá outras providências.

Na realidade, eu li o projeto. Esse é um projeto extremamente importante, moderno, atualizado, para que a gente possa, nesse caráter social, garantir que cada

cidadão que tenha interesse em utilizar da prerrogativa da utilização da língua brasileira de sinais, que solicite em todos os teatros a colocação de uma pessoa nos espetáculos que vierem a acontecer.

É um projeto extremamente importante e para evitar questionamento de constitucionalidade, ele é um projeto que prevê que a produção do evento em sendo requisitada pelo cliente, ou seja, pela pessoa que for, terá obrigação de colocar um intérprete nesse espetáculo. E ficam obrigados, também, os estabelecimentos a colocar uma placa fazendo alusão ao direito do cidadão de fazer essa requisição.

Por isso, deputado Targino, encontrei esse projeto extremamente importante, com cunho social e constitucional. Diante do exposto, eu trago aqui para que ele seja apreciado e aprovado pela Casa Legislativa com o voto favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação o parecer do relator. Os Deputados que o aprovam, continuam como estão. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário. Em votação o Projeto de Lei nº 23.062/2019, de procedência do deputado Targino Machado, (lê) “*Dispõe sobre a obrigatoriedade de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em todas as salas de teatro no Estado da Bahia, e dá outras providências.*” Os Srs. Deputados, que o aprovam continuem como estão.

(Pausa)

Aprovado. Irá para a sanção do Sr. Governador.

PROJETO DE LEI Nº 23.062/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em todas as salas de teatro no Estado da Bahia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º – Obriga as salas de teatro no âmbito do Estado da Bahia, a disponibilizarem intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os cidadãos com deficiência auditiva.

Parágrafo único: O estabelecimento fica obrigado a afixar em local visível cartaz informativo sobre a presente lei, contendo o seguinte texto:

“Todo cidadão com deficiência auditiva tem o direito de solicitar um intérprete de LIBRAS para o acesso aos espetáculos deste estabelecimento.”

Art. 2º – A contratação do intérprete de LIBRAS será de responsabilidade do estabelecimento.

Art. 3º – O estabelecimento que infringir o disposto apresentado, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Interdição parcial;
- IV – Interdição total.

Parágrafo único: As penalidades supracitadas serão aplicadas mediante critérios a serem estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2019.

Deputado Targino Machado

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Parlamentar não identificado: Ainda tem o segundo turno.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ainda tem o segundo turno?

Existe um Requerimento assinado pelos Líderes da Maioria e da Minoria, deputado Rosemberg e deputado Targino Machado, requerendo de forma regimental a (lê) “(...) *dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.242/2019, de autoria do Deputado Osni Cardoso, que Institui o Dia Estadual de Combate à Poluição nos Oceanos e Limpeza das Praias.*”

Designo para relatar a matéria o deputado Vitor Bonfim.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, trata-se de parecer no âmbito das Comissões ao Projeto de Lei nº 23.242/2019, de autoria do deputado Osni Cardoso Lula da Silva, que institui o Dia Estadual de Combate à Poluição nos Oceanos e Limpeza das Praias, a ser celebrado anualmente no dia 8 de junho.

O presente projeto de lei é de suma importância, tendo em vista a temática de que ele trata, está sendo discutida em todos os meios de comunicação atualmente, Sr. Presidente. Enquanto à sua legalidade, o projeto de lei não encontra nenhum óbice no ponto de vista constitucional, vez que a iniciativa para a presente proposição é de competência concorrente, então, não há vedação prevista no artigo 70, inciso 7º da Constituição do Estado da Bahia, bem como a única vedação que teria pela instituição de dia seria a previsão de ser feriado, como o presente projeto também não traz no seu bojo a previsão de que o dia 8 de junho será feriado, então, opino pela aprovação do presente projeto de lei, tendo em vista a sua legalidade e constitucionalidade.

É o parecer, salvo melhor juízo.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões. Deputados que aprovam continuem como estão. (Pausa)

Aprovado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): No plenário, Projeto de Lei nº 23.242/2019, de autoria do deputado Osni Cardoso Lula da Silva, que institui o Dia Estadual de Combate à Poluição nos Oceanos e Limpeza das Praias.

Deputados que o aprovam continuem como estão.

Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 23.242/2019

Institui o Dia Estadual de Combate à Poluição nos Oceanos e Limpeza das Praias.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – É instituído o Dia Estadual de Combate à Poluição nos Oceanos e Limpeza das Praias, a ser celebrado anualmente, no dia 8 de junho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2019.

Deputado Osni Cardoso Lula da Silva

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Cadê o requerimento?

Existe um pedido de requerimento.

Requerimento assinado pelos líderes da maioria e da minoria, deputado Rosemberg e deputado Targino Machado, solicitando a (lê) “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*”

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., (...) dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.607/2019, de autoria do deputado Aderbal Fulco Caldas, que declara de utilidade pública a Santa Casa De Misericórdia Da Bahia com sede e foro na cidade do Salvador.” Assinado pelo deputado Rosemberg e deputado Targino.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Designo o deputado Targino para relator da matéria.

Deputado Targino, V. Ex.^a está sendo designado para relatar o projeto de autoria do deputado Aderbal Caldas, extremamente importante, que estabelece a utilidade pública para a Santa Casa de Misericórdia.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, eu quero inicialmente me dirigir ao deputado Aderbal Fulco Caldos e dizer que ele tem me trazido com as suas prerrogativas regimentais muitas emoções.

Ainda me recordo que V. Ex.^a com uma proposição sua, me fez os olhos marejarem no passado com aquela homenagem a Irmã Dulce.

No presente V. Ex.^a me faz recordar de anos dourados da minha vida quando passei 8 anos, 6 anos de faculdade e mais 2 anos de residência, praticamente internado no Hospital Santa Isabel, numa época em que não existiam os planos de saúde, numa época em que o Hospital Santa Isabel era um hospital de indigentes, porque ali eram atendidos os indigentes e apenas 3% dos pacientes internados naquele nosocômio, deputada Maria del Carmen, eram do Inamps, do antigo Inamps. Aquela era realmente uma casa de caridade.

A fila andou, o desenvolvimento chegou, os investimentos em ciência e tecnologia chegaram, chegaram também os recursos, os recursos, com a constituição Cidadã de 1988, que criou o Sistema Único de Saúde, injetou na saúde pública...

Srs. Deputados! Srs. Deputados! Deputado Alan! Deputado Alex!

Como a Constituição Cidadã injetou na saúde pública recursos tripartite de municípios, estados e governo federal e trouxe um *up grade* importante para a saúde pública. Com isso, o Hospital Santa Izabel melhorou muito na sua qualidade, na qualidade do atendimento, instalações físicas, o mesmo ocorrendo com o Hospital Santo Antônio que, de igual modo, era um hospital que atendia também os indigentes carreados da rua por aquela criatura maravilhosa que era Irmã Dulce.

V. Ex.^a propõe através de um projeto de lei de sua autoria declarar de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, com sede e foro na cidade de Salvador, estado da Bahia. E na justificativa V. Ex.^a assenta bem no papel que a Santa Casa de Misericórdia do município de Salvador, estado da Bahia está regularmente constituída sendo entidade de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por tempo indeterminado.

Como indeterminada, deputado Robinson, precisaria ser a declaração de utilidade pública, de forma inequívoca, uma entidade como essa, que foi criada em 1549, então já tem 450 anos de criada, em pleno funcionamento... Eu até lamento que a Santa Casa precise de V. Ex.^a e desta Casa para referendar algo que o tempo já referendou, a sua história.

Mas me dá profundo prazer, através de uma iniciativa de V. Ex.^a, estar aqui relatando um projeto de tão grande valia e importância. A Santa Casa de Misericórdia – ai, Santa Casa de Misericórdia! – muitas fecharam. A Santa Casa de Misericórdia da minha cidade São Gonçalo dos Campos fechou, como tantas outras em tantos municípios e outras absolutamente quebradas por falta de recursos. E muitas delas quebradas por má gestão, mas a Santa Casa de Misericórdia da cidade de Salvador está funcionando e funcionando muito bem. Espero que eles inclusive possam se ver livres de uma série de locatários que estão aí se beneficiando daquele patrimônio com quase 500 anos de história, para que cada dia melhore mais.

Deixo aqui a minha saudação à Santa Casa de Misericórdia de Salvador, minha saudação a iniciativa de V. Ex.^a e quero dizer que apesar dos meus comentários nós deveríamos aqui aprovar essa utilidade pública *ad eternum*. Preciso dizer que tenho que respeitar o ordenamento jurídico e, se assim não fosse, não estaria tendo o privilégio de dizer: esse projeto, deputada Maria del Carmen, que preside a sessão, é um projeto legal, regimental e que em boa hora chega a esta Casa. Recomendo a sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação o parecer do relator.
(Pausa)

Os deputados que o aprovam continuem como estão. (Pausa)

Aprovado.

Em plenário. Projeto de Lei nº 23.607/2019, de procedência do deputado Aderbal Fulco Caldas, que declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, com sede e foro na cidade de Salvador.

Os deputados que o aprovam continuem como estão. (Pausa)

Aprovado. **(Publicado no DOEL em 10/10/2019)**

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Parabéns, deputado Aderbal Caldas, pela iniciativa de V. Ex.^a, com certeza todos os deputados aqui aplaudem e estão ao seu lado nesse processo de reconhecimento do papel da Santa Casa de Misericórdia.

Existe um pedido na forma regimental requerido pelos deputados Líder da Maioria e Líder da Minoria – deputado Rosemberg e deputado Targino Machado – para a aprovação, dispensando todas as formalidades regimentais, do Projeto de Lei nº 23.638/2019, de autoria do deputado Fabrício Falcão. O projeto denomina de “Conjunto Penal de Vitória da Conquista Paulo Hortélio” o Conjunto Penal da cidade de Vitória da Conquista, no estado da Bahia.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Designo, para relatar o projeto, o deputado Robinson Almeida.

Deputado Robinson Almeida! Deputado Robinson Almeida! Deputado Robinson Almeida, V. Ex.^a... Deputado! V. Ex.^a está sendo indicado relator desta matéria.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Projeto de Lei nº 23.638/2019, que estabelece a denominação “Conjunto Penal de Vitória da Conquista Paulo Hortélio”. Essa é uma iniciativa do deputado Fabrício Falcão, que faz uma homenagem muito justa a um grande brasileiro, a um baiano que tem uma importância muito grande para a história do nosso estado, como também tem uma importância para o município de Vitória da Conquista.

Filho de Jonas Hortélio da Silva e de Raquel Maciel Hortélio, Paulo Hortélio foi um dos mais respeitados advogados da Região Sudoeste. Nomeado defensor público

em 15 de março de 1966, curador da 5ª Vara Cível e Vara da Infância e Juventude, nunca exerceu a advocacia particular nem se afastou do cargo sob qualquer hipótese.

Portanto, é mais do que justo conferir o nome do advogado e defensor público Paulo Godofredo Maciel Hortélio ao Conjunto Penal de Vitória da Conquista como merecida homenagem a esse grande cidadão, razão pela qual eu opino pela constitucionalidade da matéria e aprovação sugerida aos pares da Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): No âmbito das votações, submeto o parecer do relator à apreciação dos Srs. Deputados.

Deputados que o aprovam continuem como estão. (Pausa)

Aprovada no plenário.

Projeto de Lei nº 23.638/2019, de autoria do deputado Jean Fabrício Falcão, que denomina de “Conjunto Penal de Vitória da Conquista Paulo Hortélio” o hoje existente Conjunto Penal da cidade de Vitória da Conquista, no estado da Bahia.

Os deputados que o aprovam continuem como estão. (Pausa)

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 23.638/2019

Denomina-se “Conjunto Penal de Vitória da Conquista – Paulo Hortélio” o Conjunto Penal da cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – O Conjunto Penal de Vitória da Conquista, situado na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, passa a ser denominado “Conjunto Penal de Vitória da Conquista – Paulo Hortélio”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2019.

Deputado Fabrício Falcão

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Existe um pedido de requerimento assinado pelos líderes da Maioria e da Minoria – deputado Rosemberg e deputado Targino – solicitando a dispensa de formalidade regimental para apreciação do Projeto de Lei nº 21.452/2015, de autoria do deputado Alex da Piatã, que institui o Dia Estadual do Vaqueiro.

Designo para relatar a matéria o deputado Marquinho Viana.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr.^a Presidente, gostaria de agradecer a indicação de V. Ex.^a para relatar o Projeto de Lei nº 21.452/2015, de autoria do nobre deputado Alex da Piatã. Queria parabenizar V. Ex.^a pela apresentação desse projeto de lei que institui o Dia do Vaqueiro. Realmente nós que somos do Sertão, V. Ex.^a que é de lá, dessa maravilhosa terra, Conceição do Coité... Foi muito bem apresentada.

Então, esse projeto é constitucional, e fica instituído no calendário oficial de eventos do estado da Bahia o Dia Estadual do Vaqueiro, a ser comemorado anualmente no último domingo do mês de agosto. Queria só lembrar a V. Ex.^a – obrigado pela indicação como relator – que o último domingo de agosto é quando se realiza também a nossa cavalgada em Barra da Estiva. No ano que vem será a 11ª cavalgada.

Então é um dia importante, estão todos convidados. Todo ano, nesta data, no último domingo do mês de agosto, acontece a cavalgada de Barra da Estiva. Parabenizar o nobre deputado Alex da Piatã por ter a ideia de apresentar esse belíssimo projeto que homenageia o vaqueiro, aquele que está no cavalo ganhando a vida, pegando os bois para que os seus fazendeiros possam vender, levando-os ao curral com boa qualidade.

Então fica instituído o último domingo do mês de agosto de cada ano como o Dia Estadual do Vaqueiro. Diga-se de passagem, não será feriado, certo? Apenas comemoraremos o dia. Então é um projeto de lei muito importante para nós, baianos, nós, nordestinos.

Aqui é meu relatório. Esse projeto é constitucional e pertinente para aprovação desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alex da Piatã: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Alex da Piatã. V. Ex.^a deseja...

O Sr. Alex da Piatã: Sr.^a Presiden... Eu...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deixa votar.

O Sr. Alex da Piatã: Eu iria pedir o voto. (Risos)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ah! Questão de ordem do deputado Alex.

O Sr. Alex da Piatã: Primeiro, agradecer aos dois líderes, ao deputado Targino, ao deputado Robinson, aqui, substituindo o nosso Líder Rosenberg, pela dispensa de formalidades. Agradecer ao deputado Marquinho Viana pela relatoria e a todas as comissões. Esse projeto passou na grande maioria das comissões e a todos os deputados pediu voto favorável à criação do Dia Estadual do Vaqueiro, que julgamos ser uma data importante por se tratar de uma cultura, mais do que uma profissão, uma cultura centenária, por que não dizer milenar, do homem do campo, que se confunde com o vaqueiro, com a lida com os animais, e algo histórico.

Eu tenho certeza que esta Casa está fazendo justiça a uma classe importante, a uma classe que em algum momento, Sr.^a Presidenta, nós pensávamos que estaria sendo extinta, pela grande modernidade de outras coisas. Mas nos últimos dias tenho participado tanto de festa de vaqueiro, de vaquejada, de tantas manifestações culturais e populares do vaqueiro e já vendo, deputado Marquinho Viana, que, assim como na região de V. Ex.^a, em todo o estado da Bahia e no Brasil, principalmente na Bahia, crianças, famílias, mulheres estão aderindo também a essa cultura, esse esporte que, tenho certeza, vai viver para a eternidade.

Muito obrigado, Srs. Deputados, pelo Dia Estadual do Vaqueiro, que nós vamos passar a ter a partir de hoje no estado da Bahia.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação o parecer do relator. Os deputados que o aprovam continuem como estão. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário, o PL 21.452/2015, de autoria do deputado Alex da Piatã, que institui o Dia Estadual do Vaqueiro.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.452/2015

Institui o Dia Estadual do Vaqueiro.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia, o Dia Estadual do Vaqueiro, a ser comemorado, anualmente, no último domingo de agosto.

Art. 2º – O Dia Estadual do Vaqueiro não será considerado feriado civil.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2015.

Deputado Alex da Piatã

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Existe um requerimento dos Líderes da Maioria e da Minoria Parlamentar com assento nesta Casa, requerendo a dispensa de todas as formalidades para que seja apreciado de logo o PL 23.304/2019, de autoria do deputado Robinson Almeida, que institui o dia 4 de novembro como o Dia Estadual de Combate à Tortura no estado da Bahia.

Designo para relatar o projeto a deputada Olívia Santana.

Eu quero, deputado Alex, parabenizar V. Ex.^a pela iniciativa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidenta, para mim é uma grande honra relatar um projeto dessa natureza, projeto de autoria do nosso deputado estadual Robinson Almeida, que foi meu colega no movimento estudantil, que institui o Dia Estadual de Combate à Tortura, que passa a integrar o calendário oficial de eventos do estado da Bahia.

A data será o dia 4 de novembro, dia em que se relembra o assassinato, a morte, a execução de um dos maiores líderes da luta pela liberdade, da luta por justiça social, que foi Carlos Marighella, baiano, nascido na cidade do Salvador, que tanto nos honrou ao entregar a sua vida em defesa de uma causa.

No momento em que nacionalmente nós estamos vendo tanta regressão na agenda dos Direitos Humanos no Brasil, no ideário de um projeto de nação, em que temos um presidente que, inclusive, faz apologia à tortura, à práticas de violência, que pensa que o estabelecimento de uma ordem social se dará a partir de liberação de armas e não a partir de investimentos em educação, em saúde, em cultura, em políticas que humanizem as pessoas, que tragam a civilidade e que distanciem a sociedade brasileira da barbárie, é fundamental iniciativas como essa apresentada aqui pelo deputado Robinson Almeida, que compromete esta Casa e, sobretudo, o povo baiano com o princípio dos direitos humanos.

Direitos humanos é uma plataforma de civilidade conquistada pelas nações que precisa ser respeitada. Quando a gente defende direitos humanos não se defende para uns, direitos humanos são para todos e para todas.

Portanto, ter Marighella como esse símbolo da luta em defesa do melhor para o Brasil e estabelecer essa data, que é o dia 4, em contraposição, inclusive, ao que o filho do presidente da República vem falando aí, ameaçando o resgate do AI-5, é uma prova de que a Assembleia Legislativa da Bahia caminha na direção da afirmação da democracia, do estado democrático de direito e do princípio da vida acima da lógica da morte, da coerção, de um estado de medo. Nós queremos um estado de liberdade, um estado de dignidade e, portanto, esta é uma forma importantíssima de celebrar a memória de Marighella.

Portanto, o parecer é absolutamente favorável à criação desta data, deste dia. E considerando, inclusive, a constitucionalidade da matéria, que não cria despesas para o estado.

É necessário que essa data vá para as escolas, vá para as instituições. E, enfim, será, certamente, uma data que muito honrará a todo o povo baiano.

Então, eu digo sim a esse projeto.

Obrigada, presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação no âmbito das Comissões. Os deputados que o aprovam continuem como estão. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário. Projeto de Lei nº 23.304/2019, de autoria do deputado Robinson Almeida Lula, que institui o dia 4 de novembro como o Dia Estadual de Combate à Tortura no estado da Bahia.

Os deputados que o aprovam continuem como estão. (Pausa)

Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 23.304/2019

Institui o dia 04 de novembro como Dia Estadual de Combate à Tortura no Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual de Combate à Tortura, que passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado da Bahia.

Parágrafo único. A data a que alude o caput será celebrada anualmente, no dia 04 de novembro.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2019.

Deputado Robinson Almeida Lula

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Convoco uma sessão extraordinária para 1 minuto após o encerramento da presente com o objetivo de aprovar em segundo turno os projetos que foram recentemente aprovados neste Plenário.

Declaro encerrada a presente sessão ordinária.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.